

SINAL/NACIONAL 29/2018.
Brasília, 13 de dezembro de 2018.

Ao Senhor
ONYX DORNELLES LORENZONI
Excelentíssimo Ministro de Estado Extraordinário
Coordenador do Gabinete de Transição Governamental
Centro Cultural Banco do Brasil
Nesta

Prezado Senhor,

O SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, entidade que legalmente representa servidores ativos e inativos, das carreiras de Especialista (Analista e Técnico) e Procurador do Banco Central do Brasil (BCB), vem apresentar a Vossa Excelência considerações acerca de temas de interesse da Autarquia e de seus servidores.

Autonomia do Banco Central

2. A Autonomia do Banco Central é assunto que os servidores da Autarquia reputam de extrema importância para o país e que, por isso, tem feito parte das discussões da categoria pelo menos desde 2008.
3. Ainda em 2010, foi elaborada e aprovada uma minuta abrangente de Projeto de Lei Complementar sobre esse tema, à qual foi complementada por discussões ocorridas posteriormente, para que buscássemos a ampliação dos objetivos do BCB, com a finalidade de incluir o crescimento econômico e o combate ao desemprego, além da estabilidade de preços.
4. A discussão desse assunto no parlamento tem buscado assegurar autonomia operacional, técnica, administrativa e financeira para a Autarquia e se mostra alinhada com o projeto defendido pela categoria, ainda que de forma menos abrangente, razão pela qual o SINAL manifesta seu apoio à discussão e aprovação da matéria.

5. Contudo, é importante frisar que a autonomia operacional e técnica não pode estar restrita apenas às decisões de política monetária a cargo da diretoria da instituição, mas também albergar o trabalho dos servidores na supervisão do Sistema Financeiro Nacional, quando da apuração de irregularidades cometidas pelos entes supervisionados.

6. Para os servidores do BCB é necessária a regulamentação do poder de polícia de suas atividades, principalmente no que tange à Supervisão; Prevenção à Lavagem de Dinheiro; Evasão de Divisas; entre outros pontos. É necessária ainda a estipulação de prerrogativas para o exercício de suas atribuições, a fim de evitar a influência política em suas decisões, na condução de processos punitivos e na comunicação às demais autoridades competentes (MPF, RFB, PF e Judiciário). Isto porque, tão importante quanto a estabilidade do poder de compra da moeda (controle da inflação) é a regulação e supervisão com a finalidade de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

Unificação de Instituições e reestruturação de carreiras

7. Diante deste contexto de fortalecimento institucional do Banco Central do Brasil, mostramo-nos frontalmente contra qualquer projeto que vise unificar o BCB ou suas carreiras com outros órgãos ou outras carreiras ditas "congêneres". O trabalho na Autoridade Monetária é de grande especificidade, seus servidores compõem um corpo técnico altamente qualificado e têm sido responsáveis pelo cumprimento da missão da Autarquia, assegurando estabilidade num cenário de crise por que passa o país.

8. Entendemos que a proposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentada nas informações estratégicas para transição de governo, de redução da complexidade do sistema de carreiras do Poder Executivo Federal, somente se aplica a carreiras intercambiáveis, pouco complexas e não especializadas, o que não é o caso das carreiras do Banco Central do Brasil.

9. No âmbito da Autarquia, defendemos a instituição de uma lei orgânica própria, que contemple as atribuições e prerrogativas para todos os seus integrantes, de modo a que os servidores desempenhem a missão institucional de maneira eficiente.


10. Nesse sentido, foi encaminhada pela direção do Banco Central ao Ministério do Planejamento, proposta de reestruturação das carreiras da instituição, mediante alteração da Lei nº 9.650/1998. Consideramos oportunas boa parte das mudanças apresentadas, contudo, melhor seria que tais atribuições e prerrogativas

49

constassem do projeto de autonomia do Banco Central. Não há instituição forte a serviço do país sem um corpo de servidores dedicados, capacitados e com poderes para exercer seu mister.

11. Apresentando essas considerações iniciais, nos colocamos à disposição para dialogar e contribuir com a equipe do gabinete de transição, nesses e em outros temas que julgarem pertinentes.

Atenciosamente,


Jordan Alisson Pereira
Presidente